

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente e de Habitação e Urbanismo

Ofício Circular nº 005/2018

Curitiba, 02 de maio de 2018

Senhor (a) Promotor (a) de Justiça,

Temos a honra de cumprimentar Vossa Excelência e, por ocasião do transcurso de dois anos da gestão da nova Coordenação do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente e de Habitação e Urbanismo (CAOPMAHU), com as referidas áreas temáticas já unificadas, e do início de um novo biênio de nossa atuação, apresentar em anexo, para conhecimento, o resumo das principais iniciativas e realizações já efetuadas pela nossa equipe na gestão 2016/2018.

Eventuais sugestões de melhoria e aperfeiçoamento do trabalho deste Centro de Apoio podem ser enviados aos e-mails caop.urbanismo@mppr.mp.br e caop.meioambiente@mppr.mp.br.

Sem mais, renovamos votos de estima e consideração.

Cordialmente,

Alberto Vellozo Machado

Procurador de Justiça

Coordenador do Centro de Apoio das Promotorias
de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente e de Habitação e Urbanismo

Alexandre Gaio
Promotor de Justiça
CAOP MAHU

Leandro Garcia Algarte Assunção
Promotor de Justiça
CAOP MAHU

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E DE HABITAÇÃO E URBANISMO – GESTÃO 2016/2018

A seguir detalhamos as principais ações realizadas por este Centro de Apoio na gestão 2016 – 2018, no exercício de suas atribuições conferidas pelas Resoluções nº 919/94, nº 729/08, nº 1.355/2012 e nº 2.480/2012 da Procuradoria-Geral de Justiça do Paraná. Além da descrição das ações por tema de atuação, ao final deste documento há um quadro síntese com as Notas Técnicas, Recomendações Administrativas e eventos realizados e um mapa com a concentração, por município, de consultas, vistorias e informações técnicas realizadas nesse período.

1) PROTEÇÃO DA MATA ATLÂNTICA E DA BIODIVERSIDADE

- Registro de Plano Setorial da Mata Atlântica com o intuito de implementar iniciativas e medidas para a proteção e recuperação do bioma no Estado do Paraná;
- Projeto Mata Atlântica em Pé – fase I da operação conjunta com fiscalização de 241 áreas e confirmação de desmatamento de 1.358 hectares para viabilizar a reparação integral dos danos ambientais;
- Atuação preventiva junto ao IAP para suspender Autorizações Florestais na Floresta Ombrófila Mista e para impedir o cancelamento de milhares de Termos de Compromisso de Proteção, Manutenção e Recuperação das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal;
- Atuação preventiva junto ao Conselho Estadual do Meio Ambiente para impedir a edição de ato normativo que permitiria manejo florestal com espécies ameaçadas de extinção;
- Atuação preventiva para impedir a redução da APA da Escarpa Devoniana;

- Representação à Procuradoria-Geral de Justiça da inconstitucionalidade da Lei Estadual 18.295/2014, que trata do Programa de Regularização Ambiental dos imóveis rurais;
- Coordenação do Comitê Interinstitucional de Avaliação dos Planos Municipais de Arborização Urbana;

2) GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE E DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

- Acompanhamento do Conselho Estadual das Cidades e da organização da 6ª Conferência Estadual das Cidades do Paraná (2017);
- Emissão de orientações para a fiscalização dos órgãos municipais de controle social e políticas públicas e o aperfeiçoamento da regulamentação dos conselhos municipais na área de política urbana, como sua composição e atribuições;
- Elaboração de estudos e nota técnica sobre Estudo de Impacto de Vizinhança como instrumento de gestão democrática da cidade;
- Fornecimento de diretrizes aos órgãos de execução para atuação preventiva e repressiva na destinação de imóveis habitacionais de interesse social e cadastro de beneficiários.

3) GOVERNANÇA AMBIENTAL

- Registro de Plano Setorial para acompanhamento da Governança Ambiental exercida pelos órgãos públicos do Estado do Paraná e dos seus municípios no âmbito do Poder Executivo, assim como a realização de estudos e a adoção de um conjunto de medidas para o seu avanço e melhoria;
- Atuação que culminou na celebração junto ao IAP do Termo de Cooperação para acesso aos sistemas de licenciamento e fiscalização ambiental;

- Atuação que redundou na renovação do convênio do IAP com a Polícia Ambiental, após sete anos sem esse instrumento, para o retorno desta na fiscalização das infrações ambientais também no âmbito administrativo;
- Atuação preventiva para a revisão da normativa que trata da descentralização do licenciamento ambiental, por meio de elaboração de Nota Técnica, suspensão de novos processos de descentralização e da referida normativa e participação em Grupo de Trabalho que apresentou nova proposta de regulação do tema;
- Atuação preventiva para a suspensão de ato normativo estadual que flexibilizava licenciamento ambiental de empreendimentos imobiliários e edição de nova Resolução sobre o tema;
- Atuação preventiva junto ao IAP e à Secretaria Estadual de Cultura para a observância, nos licenciamentos ambientais de empreendimentos que afetem bens tombados ou em processo de tombamento, da necessidade de anuência do Secretário de Estado de Cultura do Paraná;
- Elaboração de minuta junto a Procuradoria-Geral de Justiça de Recomendação Administrativa a ser endereçada ao Governador do Estado, Secretário Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná sobre o concurso público de reposição de servidores desta autarquia.

4) IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DA METRÓPOLE NO ESTADO DO PARANÁ POR MEIO DO FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA METROPOLITANA

- Elaboração da Nota Técnica 02/2017 sobre o projeto de lei apresentado pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba para a adequação de sua estrutura institucional ao Estatuto da Metrópole;
- Audiências públicas realizadas com participação do CAOPJ-MAHU em todas as regiões metropolitanas instituídas no Estado do Paraná, para debater a nova Lei Federal 13.089/2015 (Estatuto da Metrópole);

- Organização e participação em seminários e reuniões com órgãos da Administração Estadual (SEDU, COMEC, etc.), com o Poder Legislativo (ALEP) e com a sociedade civil para o fortalecimento da gestão metropolitana e melhoria dos serviços integrados (saneamento básico, mobilidade urbana, etc.) por meio da adequada confecção dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado.

5) AGROTÓXICOS E CONSERVAÇÃO DOS SOLOS

- Registro de Plano Setorial para a adoção de um conjunto de medidas para a diminuição dos impactos dos agrotóxicos no Estado do Paraná;
- Elaboração de Nota Técnica e atuação preventiva para evitar a edição de ato normativo estadual que permitiria a comercialização de agrotóxicos sem o receituário agrônomo;
- Coordenação de operação conjunta com o IBAMA, ANAC e ADAPAR para combater a aplicação irregular de agrotóxicos com o uso de aviões, resultando apreensões e aplicação de mais de dois milhões de reais em multas;
- Formação de Grupo de Trabalho Interinstitucional para o combate aos agrotóxicos falsificados e contrabandeados.

6) REVISÃO DOS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS

- Monitoramento dos 112 municípios com revisão obrigatória dos seus Planos Diretores de acordo com o Estatuto da Cidade (64, em 2016, e 48, em 2017), com fornecimento de orientação técnica aos órgãos de execução;
- Seminário “15 anos do estatuto da Cidade” para debate de instrumentos urbanísticos úteis para incorporação nos Planos Diretores Municipais.

7) RESÍDUOS SÓLIDOS

- Registro do Plano Setorial para o estudo e proposição de um conjunto de medidas para o acompanhamento da implementação das ações exigidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos para a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos dos municípios do Estado do Paraná;
- Levantamento inicial do diagnóstico da situação da gestão dos resíduos sólidos urbanos em todos os municípios paranaenses, bem como a verificação dos termos de ajustamento de conduta, termos de compromisso e ações civis públicas sobre o tema;
- Participação do Grupo de Sustentação e acompanhamento da construção do Plano Estadual do Resíduos Sólidos;
- Atuação preventiva junto a SEMA/PR para a revisão, ampliação e aperfeiçoamento dos questionamentos constantes no Sistema Estadual de Informações sobre Resíduos Sólidos Urbanos (SEIRSU) para compor a base de dados do Plano Estadual de Resíduos Sólidos;
- Participação em discussões com o setor produtivo e o Poder Público a respeito da implementação da Logística reversa no Estado do Paraná;
- Realização de reuniões periódicas com representantes do Tribunal de Contas Estadual (TCE) quanto à gestão dos resíduos sólidos no Estado do Paraná;
- Atuação em parceria com os CAOPs de Proteção a Saúde Pública e de Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica para o levantamento de informações quanto à destinação adequada de medicamentos vencidos e usados no Estado do Paraná;

8) DIREITO À MORADIA E POLÍTICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

- Criação e coordenação do Grupo de Trabalho para Moradia à População em Situação de Rua, com a elaboração de proposta de Programa de Locação Social passível de implementação nos municípios do Estado do Paraná;

- Emissão de Recomendação Administrativa Conjunta à COHAPAR e à Secretaria de Justiça, Trabalho e Direitos Humanos para a ativação do Comitê Intersectorial de Acompanhamento das Políticas para População em Situação de Rua no Paraná, incluindo o tema da habitação;
- Fiscalização do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – FEHIS;
- Orientações às Promotorias de Justiça sobre acompanhamento dos investimentos públicos e qualidade dos empreendimentos em programas de Habitação de Interesse Social;
- Nota Técnica sobre a nova Lei de Regularização Fundiária (Lei Federal 13.089/2017) e análise técnica de casos específicos para sua aplicação pelos municípios.

9) SANEAMENTO BÁSICO

- Registro de Plano Setorial para o estudo e proposição de um conjunto de medidas para o acompanhamento da implementação das ações exigidas pela Política Nacional de Saneamento Básico;
- Elaboração de Nota Técnica sobre a obrigatoriedade e conteúdo mínimo dos Planos Municipais de Saneamento Básico, com o intuito de estabelecer sugestões e parâmetros mínimos de orientação para subsidiar a atuação das Promotorias de Justiça em relação ao aludido tema.

10) EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- Coordenação de Grupo de Trabalho Interinstitucional para monitoramento da política estadual de educação ambiental;
- Participação da formulação de roteiro de elaboração das políticas municipais de educação ambiental;

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente e de Habitação e Urbanismo

- Apresentação de contribuições técnicas na consulta pública do Programa Nacional de Educação Ambiental;
- Acompanhamento do Grupo Gestor de Revitalização do Rio Iguaçu para a elaboração do programa de Educação para Despoluição de Rios.

11) OUTROS TEMAS AMBIENTAIS

- Atuação preventiva para a retirada de pauta no Conselho Estadual de Recursos Hídricos proposta que pretendia o reenquadramento da classificação da qualidade de cursos hídricos para permitir lançamento de maior carga poluidora;
- Elaboração de Nota Técnica, em conjunto com os Centros de Apoio da Saúde Pública e do Consumidor sobre a cama aviária e a proibição de sua utilização para a alimentação de animais e seus reflexos nas atribuições de proteção ao meio ambiente, saúde pública e do consumidor;
- Atuação preventiva para coibir fracionamento ilegal do solo rural, com ampliação da atuação dos órgãos de fiscalização/licenciamento, assim como dos cartórios (tabelionatos e registros públicos);
- Atuação preventiva e elaboração de Nota Técnica para a alteração de proposta de alteração do Decreto 745, que versa sobre as regras de uso e ocupação do solo para empreendimentos imobiliários na região de manancial da Região Metropolitana de Curitiba.

SÍNTESE:

Notas Técnicas	<ul style="list-style-type: none">- Regulamentação do procedimento de usucapião extrajudicial pelo Conselho Nacional de Justiça (parcialmente acatada pelo Provimento 65/2017);- Alteração da Lei 11.977/2009 (que institui normas gerais de regularização fundiária urbana) por meio da Medida Provisória 759/2016;
-----------------------	---

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente e de Habitação e Urbanismo

	<ul style="list-style-type: none">- Descentralização do Licenciamento Ambiental;- Regulamentação da prescrição de receita agrônômica para venda de agrotóxicos;- Projeto de lei para adequação institucional da Região Metropolitana de Curitiba ao Estatuto da Metrópole;- Revisão do Decreto Estadual 745/15 sobre proteção dos mananciais na RMC;- Sobre a obrigatoriedade e conteúdo mínimo dos Planos Municipais de Saneamento Básico;- Em conjunto com os Centros de Apoio da Saúde Pública e do Consumidor sobre a cama aviária e a proibição de sua utilização para a alimentação de animais e seus reflexos nas atribuições de proteção ao meio ambiente, saúde pública e do consumidor.
Recomendações Administrativas	<ul style="list-style-type: none">- Recomendação Administrativa Conjunta com o CAOP de Direitos Humanos e a Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo de Curitiba à COHAPAR e à Secretaria de Justiça, Trabalho e Direitos Humanos para a ativação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento das Políticas para População em Situação de Rua no Paraná, incluindo o tema da habitação.- Recomendação Administrativa Conjunta CAOP e Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente da Capital do Estado, que recomenda que o Conselho Estadual do Meio Ambiente promova a imediata revisão da Resolução CEMA-PR 88/2013, para sanar os diversos problemas apontados, bem como suspenda as autorizações para descentralização já emitidas e a tramitação de quaisquer processos administrativos de municípios interessados em assumir o licenciamento ambiental.- Recomendação Administrativa Conjunta CAOP e Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente da Capital do Estado que indica adequações à proposta de revisão do Decreto nº 745/2015, que versa sobre os parâmetros de ocupação do solo por empreendimentos imobiliários em áreas de manancial da Região Metropolitana de Curitiba.- Recomendação Administrativa Conjunta CAOP e Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente da Capital do Estado à Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) para suspensão dos efeitos da Resolução SEMA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente e de Habitação e Urbanismo

	<p>21/2017, que estabelecia requisitos, definições, critérios, diretrizes e procedimentos referentes ao licenciamento ambiental de empreendimentos imobiliários no território paranaense.</p> <p>- Recomendação Administrativa, conjunta com a Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente da Capital do Estado e com o Núcleo de Proteção aos Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Proteção aos Direitos Humanos (CAOPDH) ao Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná e ao Diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas, para revisão da composição do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Escarpa Devoniana, de modo a contemplar uma divisão equilibrada entre os diferentes setores representados no órgão.</p> <p>- Recomendação Administrativa, conjunta com a Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente da Capital do Estado e com o CAOP de Proteção aos Direitos Humanos (CAOPDH) à Secretaria de Estado de Segurança Pública, ao Comando-Geral da Polícia Militar do Paraná, à Política Ambiental (Batalhão Força Verde) e ao Instituto Ambiental do Paraná para que, em fiscalizações de templos religiosos de matriz africana, inclusive aquelas relativas a supostas situações de poluição sonora, não procedam à apreensão dos instrumentos cerimoniais sagrados, nem à indevida interrupção do culto, além de conferir sempre tratamento condigno aos membros de tais comunidades.</p>
Eventos	<ol style="list-style-type: none">1. Seminário “15 anos do Estatuto da Cidade”.2. Painel sobre o Estatuto na Metrópole na 6ª Conferência Estadual das Cidades do Paraná.3. Seminário sobre Patrimônio Cultural na FAE.4. Evento sobre Acessibilidade em Calçadas (em parceria com CAOP dos Direitos do Idoso e Pessoas com Deficiência).5. Realização do Lançamento do Projeto para recuperação da Mata Atlântica no Estado do Paraná - “Mata Atlântica em pé”.